



*AM*

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

### ACTA Nº. 8/99

#### **DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SETE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE**

*Aos sete dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião extraordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:*

**PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES**

**VEREADORES: FERNANDO CARLOS GAMITO GODINHO CARDITA  
HONORINA MARIA PEREIRA SILVESTRE DE LIMA LUIZI  
JACINTA MARIA PENICHE RICARDO  
JOÃO MANUEL MONTEIRO SERRÃO HENRIQUES  
MIGUEL JOSÉ TAVARES CARDOSO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA**

*Às vinte e uma horas com a presença do Director do Departamento Administrativo e Financeiro, Doutor José António Monteiro da Cunha, a Senhora Presidente assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.*

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

### **ORDEM DO DIA**

#### **I - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**1 - PROPOSTA Nº. 1144/99 - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL - Considerando o disposto no artigo 34º, nºs. 1 e 2 do Decreto-Lei nº 341/83, de 21 de Julho, **proponho:** 1 - Que este Executivo municipal delibere aprovar a Conta de Gerência, Relatório Financeiro e Relatório de Actividades respeitante ao ano de 1998, documentos que se encontram em anexo, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos. 2**



- *Que os documentos em causa sejam remetidos para apreciação à próxima sessão da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 341/83, de 21 de Julho. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).*-----

**Deliberação:** *Aprovada por cinco votos a favor do Partido Socialista e Partido Social Democrata, e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, tendo apresentado declaração de voto que a seguir se transcreve: “Contrariamente ao que é afirmado pelos eleitos do PS na Câmara, “o PAO 98 é um legado do passado”, recordamos que foi o PS, em Assembleia Municipal de 29/12/1997, que o adoptou ao aprovar o documento, revelando falta de coragem e inoperância para elaborar o seu próprio PAO. Entendemos que a execução orçamental ficou bastante aquém do previsto, no capítulo das receitas - o que representa apenas 55,62%, quando a maior parte das receitas eram provenientes de Fundos Comunitários e de Contratos-Programa. Não compreendemos, objectivamente, quais as razões dos eleitos do PS ao não aprovarem a Conta de Gerência de 1997 e levantando, inclusivamente, suspeições sobre os números apresentados, vêm agora incluir no saldo que transitou dessa conta de gerência - 22.407.381\$50 - no mapa da conta de gerência de 1998. Relativamente às despesas, parece-nos estranho que no capítulo “aquisição de serviços” e na rubrica “outros” apareça um aumento de cerca de 40%, comparativamente a 1997. Para quem dizia que em 1998 iria fazer “mais e melhor”, é estranho que os objectivos programados, em termos de execução de obras, não tenham sido atingidos, porquanto havia financiamento assegurado para a sua concretização e que não foram devidamente aproveitados; tal como obras iniciadas que não foram terminadas. Não é pois de espantar que a taxa de realização do investimento seja apenas 32,11%. Para que houvesse uma melhor análise à conta de gerência, dever-nos-ia ter sido facultados alguns mapas, a destacar: Mod.15TC (relação dos subsídios e transferências atribuídas), Mod.17TC (participações financeiras) e Mod. 18TC (relação dos contratos de empreitadas, fornecimento, concessão e outros). Igualmente, não entendemos que até ao presente não haja conhecimento do valor do Imposto Extraordinário. No que concerne ao Relatório de Actividades, discordamos da forma como as actividades são enumeradas, do qual se pode concluir que a enorme listagem pretende subverter o que de substancial foi executado; é exemplo disto, a enumeração de lançamento de concursos em Novembro e Dezembro, deturpando o conteúdo do que deve ser alvo neste relatório. Por tudo isto, é nosso entendimento que o voto dos vereadores da CDU só pode ser **contra** os documentos em análise.” Pela Senhora Presidente da Câmara foi também apresentada uma declaração de*



AA

*voto cujo teor a seguir se transcreve: "O ano de 1998 foi um ano de viragem histórica para o Montijo. A inauguração da Ponte Vasco da Gama em 29 de Março abriu expectativas e rasgou horizontes para o nosso concelho e para toda a região a Sul do Tejo, possibilitando ao Montijo assumir-se como uma verdadeira Ponte para o século XXI. A posição estratégica que hoje ocupamos na ligação entre as duas margens do Tejo e norte/sul garante-nos, desde logo, condições excepcionais em matéria de acessibilidades e consequentemente abre as portas a um maior e melhor desenvolvimento. Por outro lado, as últimas eleições autárquicas realizadas a 14 de Dezembro de 1997 e a tomada de posse do novo elenco camarário a 5 de Janeiro de 1998 foi também um virar de página na política autárquica dos últimos anos. Na realidade, os Montijenses manifestaram um desejo inequívoco de mudança consubstanciada num projecto político mobilizador, estruturado e capaz de enfrentar os desafios do futuro assentes no desenvolvimento sustentado para um Montijo diferente e melhor. Cortar com o passado, ser actuante no presente, preparar o futuro foram as linhas de orientação que prosseguimos. Efectivamente, o corte com o passado visou não só alterar os procedimentos administrativos que melhorem a qualidade e eficácia dos serviços prestados mas também introduzir uma nova relação entre os serviços e os munícipes e entre os serviços e os autarcas. Entenda-se aqui por serviços, o conjunto de funções que naturalmente são desempenhadas pelos funcionários. Hoje é já notório que cada um sabe o papel que lhe compete nesta tripla relação e a responsabilidade que cada um deverá ter. Ser actuante no presente significa em primeiro lugar, um rigoroso controle das finanças municipais elegendo prioridades e cumprindo pontualmente os compromissos assumidos. De facto em apenas um ano de exercício procedemos ao saneamento financeiro da Autarquia. Tal só foi possível pela contenção das despesas correntes que representam menos 6,08% da despesa total em relação ao ano de 1997. Por outro lado, os encargos com o pessoal sofreram igualmente um decréscimo, designadamente pela contenção do trabalho extraordinário e prestação de serviços. Comparando com o ano de 1997 o peso dos encargos com o pessoal na despesa total diminuiu 4,23%. A dívida de curto prazo, que transitou no exercício de 1997 mais concretamente a que diz respeito a organismos, fornecedores e empreiteiros decresceu sem paralelo na história da gestão financeira autárquica dos últimos anos como facilmente se demonstra. De facto, pagou-se à Rodoviária Nacional uma dívida de 21 mil contos que transitou sucessivamente desde 1994. Pagou-se igualmente aos TLP. Amortizou-se praticamente a dívida à ADSE que se vinha arrastando há anos, liquidando-se 37.723 contos. Pagaram-se todas as dívidas a empreiteiros pelo que para o ano de 1999*



*este agregado económico transitou sem qualquer dívida. Pagaram-se todas as dívidas do passado a fornecedores tendo transitado para 1999 os fornecedores a 60 dias, situação que não existia há já longos anos. Mais, foi ainda possível poupar o que permitiu adquirir o Cinema Joaquim de Almeida e entregar já no início deste ano 50 mil contos aos seus proprietários. Amortizou-se a dívida de médio e longo prazo e pagaram-se pela primeira vez as prestações ao INH. Mas ser actuante no presente representou ainda encetar a realização de um conjunto de obras, projectos e actividades que melhoraram desde logo a qualidade de vida das populações do concelho e será ainda mais visível dentro de algum tempo. As Freguesias viram as transferências financeiras aumentadas mesmo sem delegação de competências, situação que nunca se verificou na gestão autárquica. Procedeu-se igualmente à realização de obras em todas as freguesias. A informatização dos serviços teve um impulso significativo com a aquisição de equipamento informático de avultados montantes. Preparar o futuro significou tomar decisões que permitam dentro em breve um desenvolvimento qualificado do Montijo. Uma última palavra para falar da execução técnica do orçamento de 1998. Importa sobre esta matéria explicar que a realização da receita em 1998 atingiu um montante de 3.544.318 contos o que representa uma taxa de 55,62% do valor previsto. Este nível de execução ficou a dever-se ao empolamento das receitas previstas a título de transferências de capital em consequência de hipotéticos Contratos-Programas e projectos de candidaturas ao QCA e que não existiam. Tratou-se de um produto de imaginação. Ainda assim a taxa de realização dos investimentos foi superior em 1.23% em relação a 1997. De salientar ainda que nas receitas de capital a venda de bens de investimento teve uma evolução positiva em relação a 1997 devido à alteração do valor dos lotes na Caneira e à reformulação do loteamento do Corte Falcão que permitiu arrecadar um montante superior a 100 mil contos do que estava previsto e tinha sido adjudicado em Novembro de 1997. Uma palavra de reconhecimento a todos os funcionários da Autarquia que trabalharam para a concretização dos objectivos traçados.”-----*

## **II - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO**

**1 - PROPOSTA Nº 1145/99 - APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, ANEXOS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS, VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES E RELATÓRIO DE GESTÃO - Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I), Balanço, Demonstração de Resultados, Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados, Demonstração**



*da Origem e Aplicação de Fundos, Variação dos Fundos Circulantes bem como o Relatório de Gestão, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 13º, nºs 1 e 3 do D.L. nº 226/93, de 22 de Junho, titulada pela proposta nº 57/99, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Luizi).-----*

***Deliberação:*** *Aprovada por cinco votos a favor do Partido Socialista e Partido Social Democrata e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária.-----*

*Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo. E não havendo mais nada a tratar foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----*

*E eu, José António M. da Cunha Director do Departamento Administrativo e Financeiro a mandei escrever, subscrevo e assino.-----*

*A Presidente da Câmara*

*Maria Amélia Antunes*

*Dr.ª. Maria Amélia Antunes*